



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO N. 01/2019.

TERMO ADITIVO N. 01 AO CONTRATO N. 01/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 0001281-02.2018.6.22.8000

PREGÃO ELETRONICO N. 53/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 102/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 01/2019, QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO), E A EMPRESA DSS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA., PARA CONTRATAÇÃO DE UNIDADES DE SERVIÇOS TÉCNICOS – UST, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE AOS USUÁRIOS E ÀS EQUIPES DE GESTÃO DE INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA.

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE/RO**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-901, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por seu Presidente, por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG n. 294.893-SSP/RO e CPF n. 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa **DSS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. **03.627.226/0001-05**, com sede Avenida Arquimedes Pereira Lima, nº. 3483, Santa Cruz, Cuiabá - MT, CEP: 78.068-305, Telefone(s): 65 3614.8220, (65) 98464-8028, (65) 3614-8200, (65) 3614-8229, E-mail(s): fernando.bellezzia@dssnet.com.br e danielle.camilo@dssnet.com.br, neste ato representada por **FERNANDO ANTONIO BELLEZZIA**, brasileiro, portador do RG nº. M317118-0 SSP-MG, e CPF nº. 392.675.986-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

00, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com o Ato de Autorização constante no Despacho n. 995/2021-GABDG (evento [0721885](#)), de 03/08/2021, celebram o presente Termo Aditivo, mediante acordo entre as partes, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo possui os seguintes objetos:

I – Prorrogação do prazo de vigência do Contrato n. 01/2019 (evento [0386835](#)), por mais 30 (trinta) meses, a contar de 08/09/2021 e data final em 07/03/2024; e

II – Inclusão da Subcláusula Terceira e alínea “a” na CLÁUSULA DÉCIMA do Contrato n. 01/2019 (evento [0386835](#)), para constar que a fiscalização e a gestão do contrato passarão a realizar o cálculo periódico do Fator-K, cuja cláusula passará a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA DÉCIMA – [...].

[...].

Subcláusula Terceira - Na esteira do Acórdão TCU n. 1.508/2020 - Plenário, a fiscalização e a gestão do contrato passarão a realizar o cálculo periódico do Fator-k (indicador de economicidade calculado pela divisão do preço total da contratação pela soma do salário total dos profissionais atuantes na prestação dos serviços), e observando o que segue:

a) Caso esse número ultrapasse o fator 3 será solicitado da contratada a apresentação das planilhas de composição e formação de preços (custos de mão-de-obra, encargos e insumos) para análise e também poderão ser revistos elementos dos catálogos dos serviços, assim como a quantificação e precificação de serviços baseados em UST, tudo como finalidade de evitar-se superfaturamento.

Subcláusula única – O histórico desta contratação consta no anexo I deste instrumento.

DO VALOR



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – O valor total deste Termo Aditivo está estimado em R\$ 2.884.620,00 (dois milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil seiscentos e vinte reais), conforme detalhamento a seguir:

Tabela 1: Quantidades e valores estimados para o período de vigência do Contrato (30 meses)			
Especificação	Quantidade Estimada de UST	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
Item único: Serviços de suporte aos usuários e às equipes de gestão de infraestrutura tecnológica do TRE-RO	72.000	37,81	2.722.320,00
Despesas indenizáveis	Diárias	N/A	146.050,00
*Preço fixo	Passagens	N/A	16.250,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (UST + DESPESAS INDENIZÁVEIS)			2.884.620,00

DA GARANTIA

(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA – Para assegurar a plena execução do presente ajuste e com fundamento nos termos do art. 56 da Lei n. 8.666/93, a **CONTRATADA** deverá apresentar à **Administração da CONTRATANTE**, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura deste instrumento, renovação da garantia contratual no valor de R\$ 144.231,00 (cento e quarenta e quatro mil duzentos e trinta e um reais), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do presente termo, observadas todas as condições, prazos e valores constantes no contrato inicial, com fulcro na Cláusula Nona do Contrato originário e do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DO FUNDAMENTO LEGAL

(Artigo 57, II, §1º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no art. 57, II, § 1º e art. 60, todos da Lei nº 8.666/93, e na Cláusula Quinta do Contrato n. 01/2019.

DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato originário e não alteradas pelos aditivos e apostilas posteriores.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo. 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA SEXTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Termo, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 04 de agosto de 2021.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES
Pela CONTRATANTE

FERNANDO ANTONIO BELLEZZIA
Pela CONTRATADA

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha
---	--

**ANEXO I DO TERMO ADITIVO N. 01 AO CONTRATO N.
01/2019/TRE-RO****HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO****Histórico do Contrato: informações sobre o Contrato inicial e de cada Aditivo/Apostila:**

Contrato/Aditivo/Apostila (Valores, objetos e datas de assinatura e de vigência)	Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila	Percentual de acréscimo/supressão realizado em cada aditivo em relação ao valor inicial do contrato (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)
Contrato n. 01/2019, assinado em 30/01/2019 – Volume VIII do PA (evento n. 0386835). Vigência de 30 meses, a contar de 07/03/2019. Valor total que constou no contrato: R\$ 2.689.500,00. Garantia: R\$ 134.475,00.	R\$ 2.689.500,00	-
Apostila n. 1, assinada em 10/02/2020 – Volume XI do PA (evento n. 0502304). Reajuste de 3,27% referente ao acumulado do IPCA em novembro/2018 a novembro/2019, com efeito a contar de 20/11/2019. Valor que constou na apostila 1: R\$ 82.800,00.	R\$ 82.800,00	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Garantia: R\$ 4.140,00		
Apostila n. 2, assinada em 1º/03/2021 – Volume XIII do PA (evento n. 0665267). Reajuste de 4,31% referente ao acumulado do IPCA em novembro/2019 a novembro/2020, com efeito a contar de 20/11/2020. Valor que constou na apostila 2: R\$ 112.320,00. Garantia: R\$ 5.616,00.	R\$ 112.320,00	-
Termo Aditivo n. 1, assinado em ___/08/2021 – Volume XIV do PA (evento n. 0722605): I - Prorrogação por mais 30 meses, a contar de 08/09/2021 até 08/03/2024; e II - Inclusão de Subcláusula 3ª e alínea na Cláusula Décima do Contrato 01/2019. Garantia: R\$ 144.231,00	R\$ 2.884.620,00	-

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

VALOR ATUALIZADO CONTRATO PARA EVENTUAL CÔMPUTO DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	R\$ 2.884.620,00
PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS JÁ REALIZADOS NESTA CONTRATAÇÃO EM RELAÇÃO AO VALOR ATUALIZADO CONTRATO – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	0,00%



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 04/08/2021, às 14:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO ANTONIO BELLEZZIA, Usuário Externo**, em 05/08/2021, às 16:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 05/08/2021, às 16:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 05/08/2021, às 18:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0722605** e o código CRC **E043BE03**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

MANIFESTAÇÃO Nº 3/2021 - PRES/DG/STIC/COSUPUE

ASSUNTO - SOLUÇÃO DE TIC: Serviços de suporte aos usuários e às equipes de gestão de infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação (TIC) do TRE-RO. - Prorrogação por mais 30 meses do Contrato Administrativo n. 001/2019, PSEI n. 0001281-02.2018.6.22.8000, celebrado com a empresa **DSS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA** - CNPJ n. 03.627.226/0001-05, com prazo de vigência até **07/09/2021**.

Senhor Secretário da STIC,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. Para atendimento da demanda iniciada por Vossa Senhoria no DOD juntado no evento [0641103](#), que tem como objeto a contratação de serviço de suporte a usuários e a equipes de suporte à infraestrutura de TIC, **na condição de gestor do contrato** (CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA do atual contrato), elaborou-se esta manifestação tendo como base os estudos realizados pela equipe de planejamento.

I - DEMONSTRAÇÃO DA VANTAJOSIDADE NA PRORROGAÇÃO DO ATUAL CONTRATO

2. Os estudos preliminares, principalmente representado pela Análise de Viabilidade ([0699018](#)), na forma definida pelo art. 12 c/c inciso II, alíneas 'a', 'c', 'g', e inciso III do art.14, **CONCLUÍRAM PELA VIABILIDADE/VANTAJOSIDADE de prorrogação do contrato atual, cujos valores estão de acordo com o praticado pelo mercado**, fato demonstrado pelas pesquisas de preços realizadas na fase de planejamento e reproduzidas de forma resumida e esquemática no quadro adiante:

PESQUISA DE PREÇOS (art. 5º, II, da IN SEDG/ME 73/2020): VALORES ATUAIS CONTRATADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA SERVIÇOS DE SUPORTE REMUNERADOS POR MEIO DE UNIDADE DE SERVIÇOS TÉCNICOS – UST		
ÓRGÃO	VALOR DA UST (R\$)	DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS
TRE/SP	36,70	Contrato n. 21/2018 (0697795) e 5º Termo Aditivo (0697803).
TRE/RN	31,03*	* Trata-se de menor preço obtido no certame licitatório em andamento no PE n. 07/2021 (0699035 e 0699037)

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TJ/RR	51,41	Contrato n. 5/2019 (0699044) e Termos Aditivos (0699045 e 0699047)
TCU	62,35	Contrato n. 38/2017 (0699048), último Termo de Apostilamento publicado (0699050), último Termo Aditivo publicado (0699049) e extrato de termos publicados (0699051)

RESULTADO DA PESQUISA DE PREÇOS	
Média dos preços	R\$ 45,37
Mediana dos preços	R\$44,06
Preço atualizado da UST contratada pelo TRE-RO	R\$ 37,81

II - DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

3. Permanecem válidas as premissas que deram origem a contratação, devidamente descritas no estudo preliminar anterior a este (PSEI 0001281-02.2018.6.22.8000).

Tabela 1: Quantidades e valores estimados para o período de vigência do Contrato (30 meses)			
Especificação	Quantidade Estimada de UST	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Item único: Serviços de suporte aos usuários e às equipes de gestão de infraestrutura tecnológica do TRE-RO	72.000	37,81	2.722.320,00
Despesas indenizáveis *Preço fixo	Diárias	N/A	146.050,00
	Passagens	N/A	16.250,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (UST + DESPESAS INDENIZÁVEIS)			2.884.620,00

4. Notas importantes sobre as pesquisas de preços e a formação dos valores da contratação, cujos elementos estão detalhados na Análise de Viabilidade realizada na fase de planejamento da contratação:

I - Para cumprimento das determinações da auditoria promovida pela unidade de Controle Interno deste Tribunal, que tramitou no PSEI 0001811-35.2020.6.22.8000, foram adotadas as seguintes providências durante a fase de planejamento da contratação:

a) Na pesquisa de preços foram **verificadas as variáveis** tipo de serviço, tipo de profissional envolvido e o respectivo nível de criticidade especificados em cada contratação;

b) Considerou-se o patamar atual do **fator K médio** (indicador de economicidade calculado pela divisão do preço total da contratação pela soma do salário total dos profissionais atuantes na prestação dos serviços) de **2,43** durante a execução do contrato e, para atendimento das determinações contidas no referido processo de auditoria, acolhendo a proposta da equipe de planejamento, a gestão do contrato sugere a inclusão da seguinte regra no aditivo da prorrogação do contrato, para a qual a contratada já manifestou expressamente seu consentimento ([0692644](#)):



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA A SER INCLUIDA NO TERMO ADITIVO DA PRORROGAÇÃO

CLÁUSULA XXXX. Na esteira do Acórdão TCU n. 1.508/2020 - Plenário, a fiscalização e a gestão do contrato passarão a realizar o cálculo periódico do Fator-k (indicador de economicidade calculado pela divisão do preço total da contratação pela soma do salário total dos profissionais atuantes na prestação dos serviços).

Subcláusula primeira. Caso esse número ultrapasse o fator 3 será solicitado da contratada a apresentação das planilhas de composição e formação de preços (custos de mão-de-obra, encargos e insumos) para análise e também poderão ser revistos elementos dos catálogos dos serviços, assim como a quantificação e precificação de serviços baseados em UST, tudo como finalidade de evitar-se superfaturamento.”

III - DA ADERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA

5. As despesas com a execução do contrato correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia e nas propostas orçamentárias futuras, conforme adiante especificados:

ORÇAMENTO ORDINÁRIO 2021	
CATEGORIA	Manutenção geral
AGREGADOR	Apoio Técnico e Operacional de TIC
DESPESA AGREGADA	Terceirização de Serviços de Suporte à Infraestrutura de TIC
PLANO INTERNO	TIC APOIO

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ORÇAMENTO ORDINÁRIO DE 2022	
CATEGORIA	Manutenção geral
AGREGADOR	Apoio Técnico e Operacional de TIC
DESPESA AGREGADA	Terceirização de Serviços de Suporte à Infraestrutura de TIC
PLANO INTERNO	TIC APOIO

ORÇAMENTO DAS ELEIÇÕES DE 2022	
CATEGORIA	Pleitos Eleitorais 2022
AGREGADOR	Apoio Técnico e Operacional de TIC
DESPESA AGREGADA	Adicional ao contrato de Suporte de TIC à eleição
PLANO INTERNO	IES APOIO

ORÇAMENTO ORDINÁRIO DE 2023	
CATEGORIA	Manutenção Geral
AGREGADOR	Apoio Técnico e Operacional de TIC
DESPESA AGREGADA	Terceirização de Serviços de Suporte à



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Infraestrutura de TIC
PLANO INTERNO	TIC APOIO

**IV - COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE DA
EMPRESA PARA CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA**

Certidão positiva de Débitos Trabalhistas, Tributos Federais e FGTS	0703279
Certidão judicial - Decisão que suspende a inexigibilidade das certidões referidas acima em função da situação de recuperação judicial da empresa	0703290
Certidão Negativa do CNJ	0703294

V - CONCLUSÃO

6. Pelo exposto, este gestor do contrato se manifesta:

I - Pela prorrogação, por mais 30 meses do Contrato n. 001/2019 ([0386835](#)) celebrado com a empresa **DSS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA**, com vigência atual até 07/09/2021, com fundamento no art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, em função da vantajosidade da manutenção da contratação demonstrada na fase de planejamento da contratação, conforme documentos juntados neste processo;

II - Concomitante à prorrogação, pelo inclusão de cláusula específica, no mesmo aditivo, sobre o FATOR K (indicador de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

economicidade calculado pela divisão do preço total da contratação pela soma do salário total dos profissionais atuantes na prestação dos serviços), de acordo com a redação trazida nesta manifestação e para a qual a contratada já aquiesceu expressamente.

III - Por fim, este gestor solicita, caso haja acolhimento da manifestação, o envio deste processo ao Gabinete da SAOFC para tramitação da prorrogação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **PLÍNIO MARTINS DE OLIVEIRA, Secretário(a) Substituto**, em 17/06/2021, às 13:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0703478** e o código CRC **DDAFEE63**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0003733-14.2020.6.22.8000

INTERESSADO: COSUPUE



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSUNTO: Análise de possibilidade de prorrogação – Contrato nº 01/2019 –

Contratada: **DSS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.** – serviços de suporte aos usuários e às equipes de gestão de infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação (TIC).

PARECER JURÍDICO Nº 91 / 2021 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado para registrar os feitos relacionados à contratação de serviços de suporte a usuários e a equipes de suporte à infraestrutura de TIC, em consonância com o Plano de Contratação de TIC 2021, consoante Termo de Abertura SEGOVTIC ([0640697](#)).

02. Esclarece-se que, no processo administrativo [0001281-02.2018.6.22.8000](#), após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa **DSS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA**, CNPJ nº 03.627.226/0001-05, para prestar serviços acima citado, dimensionada para 30 (trinta) meses, a partir de 07/03/2019, com possibilidade de prorrogação, nos termos registrados no Contrato Administrativo nº 01/2019 ([0386835](#)), atualmente em plena execução.

03. No Documento de Oficialização da Demanda – DOD nº [0641103](#)/2020-SEGOVTIC, o titular da unidade demandante (Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação – STIC), descreveu a necessidade de contratação para assegurar continuidade dos serviços de suporte a usuários e a equipes de suporte à infraestrutura de TIC, indicou os integrantes demandante e técnico para compor a equipe de planejamento da contratação, e explicitou os resultados a serem alcançados com a adoção da solução de tecnologia da informação e comunicação – STIC pretendida. Ainda, solicitou a indicação de integrante administrativo pelo Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade e a análise da demanda pela Diretora-Geral, e, caso aprovada, a publicação da portaria instituindo a equipe de planejamento da contratação.

04. O Secretário da SAOFC indica a integrante administrativa, conforme Despacho nº 30/2021 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0650013](#)), e a Diretora-geral autorizou a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

expedição de portaria instituindo a equipe de planejamento de contratação pretendida, consoante Despacho nº 46/2021 – PRES/DG/GAB ([0650159](#)).

05. À vista disso, a equipe foi designada pela Portaria nº 4/2021 ([0650160](#)), com a seguinte constituição: Eduardo Gil Tivanello (responsável pela demanda); Plínio Martins de Oliveira (integrante demandante); Deusjusmar Camurça Lima Neto (integrante técnico); Ítalo Jorge do Nascimento Pessoa; e Jamil Januário (integrante administrativo).

06. Para atender os requisitos de infraestrutura tecnológica estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça na Resolução nº 211/2015, os estudos preliminares para aquisição de solução resultaram nos documentos de **Análise de Viabilidade nº [0699018/2021](#)** – PRES/DG/STIC/CSCOR/SEGOVTIC, **Sustentação do Contrato nº [0699115/20201](#)** – PRES/DG/STIC/CSCOR/SEGOVTIC, **Estratégia para Contratação nº [0699117/2021](#)** – PRES/DG/STIC/CSCOR/SEGOVTIC e **Análise de Riscos nº [0699119/2021](#)** – PRES/DG/STIC/CSCOR/SEGOVTIC. Constam ainda a pesquisa de Preços para constar a compatibilidade do preço contratado e o praticado no mercado ([0697795](#), [0699035](#), [0699037](#), [0699044](#), [0699045](#), [0699047](#), [0699048](#), [0699050](#), [0699049](#) e [0699051](#))

07. Após o estudo preliminar, o interesse da prorrogação do ajuste veio aos autos por meio da Manifestação nº 3/2021 – PRES/DG/STIC/COSUPUE ([0703478](#)), na qual a Coordenadoria de Suporte e Urnas Eletrônicas (COSUPUE), unidade gestora, manifesta-se favorável à prorrogação do mencionado Contrato nº 1/2019 pelo mesmo período inicialmente contratado de 30 meses, demonstrando que os requisitos necessários para tal dilação foram preenchidos. Ainda, solicita inclusão de cláusula específica por meio de aditivo contratual sobre o FATOR K (indicador de economicidade calculado pela divisão do preço total da contratação pela soma do salário total dos profissionais atuantes na prestação dos serviços).

08. Registra-se que consultada sobre a dilação do prazo de vigência, a contratada exteriorizou seu interesse na renovação do serviço em comento ([0692644](#)).

09. Diante disso, o Secretário Substituto da STIC, **aprovou** os documentos do estudo preliminar produzidos pela equipe de planejamento da contratação mencionados acima e deu continuidade à tramitação da renovação da contratação de seguro de veículos, consoante Manifestação nº 3/2021 – PRES/DG/STIC/GABSTIC ([0704801](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10. Remetidos os autos para o gabinete da Secretária de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SAOFC), seu o titular, mediante Despacho nº 976/2021 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0705586](#)), determinou atualização de registro financeiro ou contábil, caso necessário, pela Coordenação de Orçamento, Finança e Contabilidade (COFC), a elaboração de minuta do instrumento contratual pela Seção de Contratos (SECONT), e, após, análise e deliberação quanto a minuta apresentada pela Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral (AJDG).

11. Instada pela Coordenadoria de Orçamento, Finança e Contabilidade (COFC) a se manifestar quanto ao valor da prorrogação pretendida ([0705822](#)), a STIC informa nos autos que impacto orçamentário da prorrogação pleiteada no exercício de 2021 (estimado) é de R\$ 217.000,00 (duzentos e dezessete mil reais) e no exercício de 2022 (estimado) é de R\$ 1.050.000,00 (um milhão cinquenta mil reais), bem como o saldo atual do Empenho 2021NE000144 não é suficiente para acobertar as despesas do ajuste ([0706631](#)), necessitando de reforço no valor de R\$ 100.000,00.

12. A Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade - COFC juntou a programação orçamentária no montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para custear a despesa no presente exercício, em reforço à Nota de Empenho 2021NE000088, oportunidade em que, atenta ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo dispositivo, ambos da LC nº 101/2000 (LRF), informou que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (PPA, LDO e LOA. Complementa, registrando que a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2021 consta do processo SEI 0000058-43.2010.6.22.8000 ([0707975](#)).

13. Em cumprimento ao expediente acima mencionado, a SECONT certificou que juntará a minuta de Termo Aditivo n. 01 ao Contrato nº 1/2019 no processo principal da contratação ([0001281-02.2018.6.22.8000](#)), e a encaminhará a esta AJDG para análise e emissão de parecer jurídico, consoante Certidão nº 32/2021 - PRES/DG/SAOFC/COMAP/SECONT ([0713295](#)). **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

14. Ressalte-se que, conforme Resolução TRE/RO nº 006/2015 (Regulamento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia) e com os demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

15. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, como questões de conveniência e oportunidade na contratação do objeto, cuja atribuição é do Administrador. Não se adentrará ou questionará, salvo patente ilegalidade, a necessidade e justificativa da contratação. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

16. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

2.2 DA REGULARIDADE DA FORMAÇÃO DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO STIC

17. Como condição prévia para a análise, e em se tratando de STIC, forçoso nos reduzir à obediência da Resolução nº 182/2013 do Conselho Nacional de Justiça que trata das diretrizes para esses tipos de contratações no âmbito do Poder Judiciário.

18. No tocante aos documentos essenciais resultantes das etapas do estudo preliminar previstos no §1º do artigo 12 do referido normativo, observa-se que todos foram elaborados pela equipe de planejamento:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- **Análise de Viabilidade nº [0699018/2021](#) – PRES/DG/STIC/COSEIC/CSCOR/SEGOVTIC;**
- **Sustentação do Contrato nº [0699115/2021](#) – PRES/DG/STIC/CSCOR/SEGOVTIC;**
- **Estratégia para Contratação nº [0699117/2021](#) – PRES/DG/STIC/COSEIC/ CSCOR/SEGOVTIC;**
- **Análise de Riscos nº [0699119/2021](#) – PRES/DG/STIC/ CSCOR/SEGOVTIC.**

19. A contratação pretendida está prevista e aprovada no Plano de Contratações de TIC 2021 deste Tribunal, conforme item 3 do evento 0641103, nos termos do art. 7º da Resolução citada, e, para o cumprimento do § 1º do art. 13 da norma em comento, os documentos relacionados acima foram aprovados pelo secretário substituto da área demandante, mediante Manifestação nº 3/2020 – PRES/DG/STIC/GABSTIC ([0704801](#)).

20. Assim, quanto ao procedimento previsto pela norma mencionada, as diretrizes específicas foram integralmente observadas no caso em tela.

2.3 DA PRORROGAÇÃO

21. Conforme relatado, na Manifestação da Coordenadoria de Suporte e Urnas Eletrônicas (COSUPUE) - [0703478](#), a unidade gestora do Contrato nº 1/2019 ([0386835](#)) registrou a necessidade de prorrogação, por mais 30 meses, do ajuste de prestação de serviços em comento, firmado entre este Tribunal e a empresa **DSS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.**

22. Depreende-se não haver óbices à pretensão da Administração.

23. A Lei nº 8.666/93, em seu art. 57, II, prevê que os contratos de serviços contínuos podem ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosa para a administração, limitada a 60 (sessenta meses). Veja-se:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I – [...]

II – **a prestação de serviços a serem executados de forma contínua**, que poderão ter a sua duração prorrogada por **iguais e sucessivos períodos** com vistas a obtenção de **preços e condições mais vantajosas** para a Administração, limitada a sessenta meses. (sem grifo no original)

24. O primeiro requisito permissivo à prorrogação do contrato administrativo é que o serviço seja prestado de forma contínua. Com efeito, a prestação de serviços aqui tratada tem natureza contínua, já que não poderá sofrer interrupção sem prejuízo dos serviços da Justiça Eleitoral. Vejamos a classificação da Corte de Conta:

Serviços de natureza contínua são serviços auxiliares e necessários à Administração no desempenho das respectivas atribuições. São aqueles que, se interrompidos, podem comprometer a continuidade de atividades essenciais e cuja contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro. O que é contínuo para determinado órgão ou entidade pode não ser para outros. São exemplos de serviços de natureza contínua: vigilância, limpeza e conservação, manutenção elétrica, manutenção de elevadores, manutenção de veículos etc. (*Manual de Licitações e Contratos 2010*, pág. 772).

25. Ressalte-se que Carta-Contrato nº 1/2019 em análise admite expressamente a possibilidade de prorrogação. Veja-se:

CLÁUSULA QUINTA – Este Contrato terá vigência de 30 (trinta) meses, a contar de 07/03/2019, e poderá vir a ser prorrogado, na forma do art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Os prazos de início de etapas de execução e de entrega admitem prorrogação, desde que ocorra algum dos motivos, devidamente registrados em processo, previstos no § 1º do art. 57, da Lei n. 8.666/93.

Subcláusula Segunda – Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

26. O segundo requisito vem consubstanciado na assertiva: **“iguais e sucessivos períodos”**. Tal requisito encontra-se atendido, conforme se verifica no relato do gestor, baseado no estudo preliminar, que sugere a prorrogação do contrato por **igual prazo da vigência inicial de 30 meses**. Sendo que assim, caso deferida pela Administração, o presente Termo Aditivo tem por objeto **prorrogar o prazo de vigência da Carta-Contrato citado, por mais 30 (doze) meses, a contar de 08/09/2021 a 07/03/2024**, mantidas as condições e os termos atuais da contratação (Informação nº 3/2021 – PRES/DG/TSIC/COSUPUE - 0703478).

27. Cumpre registrar, ainda, que o limite de 60 (sessenta) meses, previsto pelo art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, será



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

alcançado com o deferimento desta prorrogação do contrato ora em análise.

28. O terceiro e último requisito que reside justamente na **vantajosidade** para a Administração com a prorrogação do ajuste. Conforme reiterada orientação jurisprudencial da **Corte de Contas Nacional**, devem ser aferidos por meio de **pesquisa atual de preços no mercado**. Veja-se:

Acórdão TCU 1913/2006 – 2ª Câmara:

1.1.1.7. Nas prorrogações de contratos, com ou sem repactuação de preços, observe como indispensável, a prática de consulta/pesquisa de preços de mercado de modo a aferir se as condições e preços contratados continuam mais vantajosos para a administração, na forma preconizada no art. 57, II, da Lei 8.666/93, bem como faça constar manifestação formal e fundamentada, nos casos de eventual discordância da autoridade administrativa ao parecer da área jurídica.

Acórdão TCU 740/2004 – Plenário:

[...] no caso de prorrogação de serviços de execução continuada, instruir os processos administrativos comprovando que a prorrogação é mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

29. Segundo registrado na Manifestação nº 03/2021 ([0632875](#)), embasada pela Análise de Viabilidade nº [0699018/2021](#) – PRES/DG/STIC/CSCOR/SEGOVTIC, a unidade gestora da contratação, demonstra a vantajosidade da solicitação pretendida, pois os valores praticados no atual contrato (**R\$37,81** por UST) estão de acordo com os do mercado (preço médio **R\$ 45,37** e mediana dos preços **R\$ 44,06**). E demonstra tal afirmação por meio de pesquisas de preços realizadas na fase planejamento e reproduzidas nas tabelas constantes no Tópico I - DEMONSTRAÇÃO DA VANTAJOSIDADE NA PRORROGAÇÃO DO ATUAL CONTRATO da Manifestação mencionada.

30. Quanto à manutenção das condições de habilitação, a unidade COSUPUE informa nos autos que, embora a irregularidade junto à Receita Federal e FGTS, a empresa apresentou Certidão Judicial permitindo sua contratação com entes públicos. Logo, conforme os documentos comprobatórios juntados nos eventos [0703279](#), [0703290](#) e [0703294](#), foi atendido esta exigência, com fulcro no entendimento do STJ (RECURSO ESPECIAL Nº 1.173.735 - RN).

31. Nesses termos, esta unidade jurídica verifica que foram cumpridos os requisitos objetivos estabelecidos pela legislação de regência e pelas regras contratuais, situação permissiva à prorrogação da avença na forma pretendida pelo gestor do contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III – CONCLUSÃO

32. Nesses termos, considerando, sobretudo, a manifestação da unidade gestora ([0703478](#)) e da STIC ([0704801](#)), esta assessoria jurídica **não encontra óbice na prorrogação do prazo de vigência do ajuste por mais 30 (trinta) meses**, com fundamento no **artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93 c/c Cláusula Quinta da Contrato nº 1/2019**.

33. Tendo em vista que a **minuta de termo aditivo**, na qual irá ser registrado a prorrogação pretendida, será juntado no processo principal da contratação [0001281-02.2018.6.22.8000](#) (Certidão nº 32/2021 - PRES/DG/SAOFC/COMAP/SECONT – 0713295), esta **AJDG irá analisar o referido documento e emitir o parecer jurídico também no processo citado**.

Submete-se à consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL**, **Analista Judiciário**, em 09/07/2021, às 11:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, **Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 09/07/2021, às 11:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0713611** e o código CRC **8BF36407**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001281-02.2018.6.22.8000

INTERESSADO: SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSUNTO: Análise de minuta de Termo Aditivo nº 1 ao Contrato nº 1/2019.
Contratada: **DSS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.** – serviços de suporte aos usuários e às equipes de gestão de infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação (TIC).

PARECER JURÍDICO Nº 92 / 2021 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, efetivou-se a contratação da empresa DSS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 03.627.226/0001-05, para o fornecimento de unidades de serviços técnicos – UST, a fim de prestar suporte aos usuários e às equipes de gestão de infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) deste Tribunal Regional Eleitoral – TRE/RO, pelo prazo de 30 (trinta) meses, a contar de 07/03/2019, conforme Contrato nº 01/2019 ([0386835](#)).

02. Em razão da solicitação de prorrogação do Ajuste citado (que tramita no processo administrativo [0003733-14.2020.6.22.8000](#)), a Seção de Contrato (SECONT), em observância do Despacho nº 976/2021/GABSAOFC ([0705586](#)), elaborou a minuta de TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO Nº 1/2019 ([0713307](#)) e juntou o referido documento neste autos, consoante Remessa nº 129/2021 - PRES/DG/SAOFC/COMAP/SECONT ([0713308](#)).

03. Registra-se que esta AJDG já emitiu, no processo citado acima, o Parecer Jurídico nº 91/2021 - PRES/DG/AJDG ([0713611](#)) acerca da possibilidade de dilação da vigência do Contrato nº 1/2019.

04. Assim instruídos, o feito foi remetido a esta unidade para análise e emissão do parecer quanto a minuta mencionada. **É o necessário relatório.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

05. Preliminarmente, é necessário enfatizar que a prorrogação contratual registrada na minuta já foi apreciada por esta unidade no Parecer Jurídico nº 91/2021 – PRES/DG/AJDG, conforme



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

relatado acima. Portanto, resta apenas análise da minuta do Termo Aditivo ([0713307](#)).

06. Contudo, além disso, foi anotado na minuta uma nova subcláusula na Cláusula Décima do contrato original, tratando de indicador de economicidade, denominado Fator-K. Essa inclusão solicitada pela unidade gestora é decorrente de auditoria promovida pelo Controle Interno deste Tribunal no ano de 2020 (processo administrativo 0001811-35.2020.6.22.8000). Verifica-se que tal tema foi amplamente discutido naqueles autos e se trata de questão técnica e não jurídica. Importante destacar que, no Relatório de Auditoria nº 6/2020 (0646548), apresentou-se à seguinte conclusão sobre a ausência de cálculo do Fator-K na verificação da economicidade da contratação:

I - Em razão do Acórdão 1508/2020-TCU-Plenário ter recomendado a observância em contratações em vigor baseadas na prática UST e similares, no ato de eventual prorrogação, a avaliação da economicidade dos contratos, com vistas a mitigar o risco inerente de sobrepreço e superfaturamento em contratações baseadas em UST e similares, complementando esta avaliação com a análise do fator-K, mantém-se este achado, para que nas futuras contratações e/ou prorrogações sejam observado este fator.

07. Dessa forma, em observância dos princípios regedores das contratações públicas, principalmente o da eficiência, a Administração pode e deve incluir **Subcláusula Terceira e alínea “a”** na CLÁUSULA DÉCIMA do Contrato n. 01/2019, por meio de Termo Aditivo que é o instrumento apropriado para modificar o contrato que, no caso, visa a corrigir um evidente lapso na execução da gestão contratual. Ainda, tal alteração pretendida não acarretará prejuízos nem acréscimos financeiros para este Tribunal e para a contratada. Pelo contrário, proporcionará maior eficiência e qualidade na realização dos serviços.

08. Consigna-se na oportunidade que houve a anuência expressa da contratada para a inclusão da cláusula pretendida, consoante Ofício nº 004/2021 – CT 01-2019/TRE-RO ([0692644](#)).

09. Ademais, reporto-me aos fundamentos do parecer jurídico citado para afiançar que a minuta ([0713307](#)), sob o aspecto formal, encontra-se em **conformidade** com as regras da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara.

III – CONCLUSÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10. Pelo exposto, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da aludida minuta ([0713307](#)), estando o instrumento apto a produzir os efeitos desejados.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL**, **Analista Judiciário**, em 09/07/2021, às 14:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, **Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 09/07/2021, às 14:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0713697** e o código CRC **74CB0FE5**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001281-02.2018.6.22.8000

INTERESSADO: SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ASSUNTO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº. 1/2019.

DESPACHO Nº 995 / 2021 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo inaugurado para abrigar registro dos feitos relacionados à **Contratação de Manutenção de Infraestrutura de TIC - Suporte de TIC** do TRE-RO ([0292111](#)).

Após regular procedimento licitatório, este Regional e a empresa **DSS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA**, CNPJ nº 03.627.226/0001-05, firmaram o Contrato 01/2019 ([0386835](#)), com prazo de vigência de 30 (trinta) meses, a contar de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

07/03/2019, com possibilidade de prorrogação, atualmente em plena vigência.

Cabe registrar que no PSEI N. 0003733-14.2020.6.22.8000 a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação – STIC elaborou Documento de Oficialização da Demanda – DOD nº [0641103](#)/2020-SEGOVTIC, dando início aos trâmites para a contratação do serviço de suporte a usuários e a equipes de suporte à infraestrutura de TIC.

Após o estudo preliminar, veio aos autos o interesse da prorrogação do ajuste, por meio da Manifestação n. 3/2021 ([0703478](#)) da Coordenadoria de Suporte e Urnas Eletrônicas (COSUPUE), unidade gestora, por mais 30 (trinta) meses, demonstrando que os requisitos necessários para a dilação foram preenchidos. Solicitou, ainda, a inclusão de cláusula específica por meio de aditivo contratual sobre o FATOR K (indicador de economicidade calculado pela divisão do preço total da contratação pela soma do salário total dos profissionais atuantes na prestação dos serviços).

O Secretário da STIC, em substituição, **aprovou** os documentos do estudo preliminar produzidos pela equipe de planejamento da contratação e remteu os autos à SAOFC, com vistas à prorrogação do Contrato n. 01/2019, consoante Manifestação nº 3/2021 – PRES/DG/STIC/GABSTIC ([0704801](#)).

Em cumprimento ao Despacho nº 976/2021 (evento [0705586](#)) a SECONT elaborou a minuta do primeiro termo aditivo ao Contrato nº 1/2019, fazendo constar o novo prazo de vigência e a inclusão da subcláusula terceira, na Cláusula Décima, com previsão de que a fiscalização e a gestão do contrato passarão a realizar o cálculo periódico do Fator-K ([0713307](#)).

Instada a se manifestar, a Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral - AJDG registrou que emitiu, no processo [0003733-14.2020.6.22.8000](#), o Parecer Jurídico nº 91/2021 - PRES/DG/AJDG ([0713611](#)) acerca da possibilidade de dilação da vigência do Contrato nº 1/2019. Assim, verifica-se que o feito foi remetido àquela unidade para análise e emissão do parecer quanto a minuta do Termo Aditivo n. 01 ([0713697](#)).

No Parecer Jurídico 91/2021 ([0713611](#)) a AJDG opinou, em síntese, pela dilação do prazo de vigência do ajuste, com fundamento no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93 c/c Cláusula Quinta do Contrato



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Administrativo nº 1/2019 e no Parecer Jurídico 92/2021 ([0713697](#)) aprovou os termos da minuta elaborada pela SECONT ([0713307](#)).

A SAOFC se manifestou favorável à **prorrogação pela autoridade competente do Contrato Administrativo nº 1/2019 ([0386835](#))**, sendo o **prazo de vigência** a ser prorrogada por mais **30 (trinta) meses**, a contar de **08/09/2021** e **data final em 07/03/2024**, sem efeitos financeiros para o TRE-RO; mantidos os demais termos e condições pactuados, desde que haja comprovação prévia quanto à regularidade fiscal e trabalhista ([0713990](#)).

Vieram os autos para apreciação desta Diretoria-Geral.

IniInicialmente, observa-se que há previsão de prorrogação do Contrato n. 12/2019 na Cláusula Quarta, *ipsi litteris*:

CLÁUSULA QUINTA – Este Contrato terá vigência de 30 (trinta) meses, a contar de 07/03/2019, e poderá vir a ser prorrogado, na forma do art. 57, II, da Lei 8.666/93.

No caso dos autos, conforme relatado pela unidade gestora na manifestação n. 3/2021 ([0703478](#)), a prorrogação da vigência do Contrato n. 1/2019 ([0386835](#)), por mais 30 (trinta) meses, faz-se necessária para continuidade na prestação dos serviços de solução de Tecnologia da Informação e Comunicação neste Tribunal, vez que todos os requisitos necessários para tal dilação foram preenchidos. Registra-se, também, que quando consultada a respeito da prorrogação do contrato a empresa manifestou anuência no evento ([0692644](#)).

O fundamento legal da prorrogação para o caso em tela encontra-se no inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, que assim dispõe:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I – [...]

II – a **prestação de serviços a serem executados de forma contínua**, que poderão ter a sua duração prorrogada por **iguais e sucessivos períodos** com vistas a obtenção de **preços e condições mais vantajosas** para a Administração, limitada a sessenta meses. (sem grifo no original)

Da análise dos documentos juntados pelas unidades competentes, verifica-se que restaram cumpridos os requisitos que autorizam a prorrogação do contrato sob exame, previstos no inciso II do art. 57 da Lei n. 8.666/93 (serviço contínuo, iguais e sucessivos períodos e vantajosidade), além do fato de haver previsão na Cláusula Quinta do Contrato Administrativo nº 1/2019 ([0386835](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Ademais, das informações extraídas dos autos, nota-se que a presente prorrogação não importará em aumento de custos, consoante informado pela unidade gestora do contrato (Manifestação nº 03/2021 (0632875)), vez que na Análise de Viabilidade nº 0699018/2021 – PRES/DG/STIC/CSCOR/SEGOVTIC, a unidade gestora da contratação, demonstrou a vantajosidade da solicitação pretendida, pois os valores praticados no atual contrato (R\$37,81 por UST) estão de acordo com os do mercado (preço médio R\$ 45,37 e mediana dos preços R\$ 44,06).

Por fim, no tocante à inclusão de nova subcláusula na Cláusula Décima do contrato original, tratando de indicador de economicidade, denominado Fator-K, conforme anotado no parecer da AJDG (0713697), o tema já foi amplamente discutido nos autos PSEI n. 0001811-35.2020.6.22.8000 tratando de questão técnica que não há óbice para sua inclusão a fim de garantir melhor eficiência e qualidade na realização dos serviços, nos termos da minuta do aditivo juntado ao evento n. 0713307, aprovada pela AJDG no item 10 de seu parecer.

Diante da possibilidade de prorrogação prevista no art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, bem como da previsão constante da Cláusula Quinta do Contrato Administrativo nº 1/2019 (0386835), com amparo na delegação de atribuições descrita no art. 1º, inciso II, da Portaria n. 66/2018/GP:

a) autorizo a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 1/2019, por mais 30 (trinta) meses, a contar do dia 08/09/2021 até 08/03/2024, nos termos da minuta aprovada pela Assessoria Jurídica;

b) autorizo a inclusão da Subcláusula Terceira e alínea “a” na CLÁUSULA DÉCIMA do Contrato n. 01/2019, por meio de Termo Aditivo que é o instrumento apropriado para modificar o contrato que, no caso, visa a corrigir um evidente lapso na execução da gestão contratual; e

c) Determino a notificação da contratada para apresentar renovação da garantia contratual, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do termo aditivo, observadas todas as condições, prazos e valores constantes no contrato inicial, com fulcro na Cláusula Nona do Contrato originário e no art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93, consoante registrado na Cláusula Terceira da minuta do Primeiro Termo Aditivo (0713307).

À SAOFC para prosseguimento e verificação prévia à assinatura do termo aditivo, das condições de habilitação da contratada, conforme exigência do inciso XIII do art. 55 da Lei n. 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 03/08/2021, às 17:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0721885** e o código CRC **94292AA9**.